

TERRITÓRIO INDÍGENA PANDERÉÉJ: LUGAR DE PRODUÇÃO DE SABERES, CULTURA E PERTENCIMENTO À TERRA

Silbene Ferreira de Arruda¹
Alceu Zoia²

RESUMO

Nas últimas décadas tem sido crescente o movimento e ocupação do tempo/espaço no território indígena *Panderééj* por diferentes interfaces e interesses, neste artigo pretende-se discutir sobre qual o sentimento de pertencimento à terra e sobre a revitalização dos saberes culturais mediante as experiências da vida coletiva nas florestas e proteção do meio natural para as gerações posteriores. As aldeias fronteiriças do povo *Panderééj* são subdivididas e acolhem a comunidade, no entanto enfrentam circunstâncias que implicam o acesso à tecnologia e o uso indevido dos recursos naturais pelo não indígena. Neste trabalho parte-se da perspectiva etnográfica, a fim de dialogar e descrever sobre a pesquisa em andamento. Para compor a pesquisa, as narrativas indígenas serão instrumentos de expressividade nas formas de organização e concepções produzidas pelos indígenas sobre o espaço-lugar e território de culturas.

Palavras-chave: Cultura indígena. Lugar. Território.

PANDERÉÉJ INDIGENOUS TERRITORY: PLACE OF PRODUCTION OF KNOWLEDGE, CULTURE AND BELONGING TO THE LAND

ABSTRACT

In the last decades, the movement and occupation of time/space in the *Panderééj* indigenous territory by different interfaces and interests has been increasing, in this article we intend to discuss about the feeling of belonging to the land and about the revitalization of cultural knowledge through the experiences of collective life in forests and protection of the natural environment for later generations. The border villages of the *Panderééj* people are subdivided and welcome the community, however they face circumstances that imply access to technology and the misuse of natural resources by non-indigenous people. This work starts from the ethnographic perspective, in order to dialogue and describe the ongoing research. To compose the research, the indigenous narratives will be instruments of expressiveness in the forms of organization and conceptions produced by the indigenous people about the space-place and territory of cultures.

Keywords: Culture indigenous. Place. Territory.

Data de submissão: 30. 05. 2022

Data de aprovação: 21. 03. 2023

INTRODUÇÃO

Falar sobre o território é muito complexo, com essas ameaças à comunidade é ameaçada, principalmente, toda a flora e fauna que existe no território.
Xijamkakurum Cinta Larga

¹ Mestra em Educação pela UNEMAT cursou Pedagogia e Letras/Português, com Especialização Psicopedagogia com ênfase na inclusão social e Prática Pedagógica na educação do no campo, é Professora efetiva das séries iniciais nas redes municipal e estadual. Seduc/MT - Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. E-mail: silbene_arruda@hotmail.com

² Pós-doutor em Educação, professor dos Programas de Pós-graduação PPGEdu e PPGECEII da UNEMAT, Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade no Contexto da Amazônia Legal Matogrossense e membro das Redes Saberes Indígenas na Escola e REDECT, Rede Internacional de pesquisadores com comunidades tradicionais e povos originários. E-mail: alceuzoia@gmail.com

Sob olhares etnocêntricos, o povo *Panderééj*³, assim como outras etnias indígenas, tem vivido em constante enfrentamento na luta pela garantia dos seus direitos originários sobre a terra, sua cultura e a sua língua. As diversas etnias espalhadas pelo território brasileiro buscam resistir às insistentes ameaças que são colocadas todos os dias para a preservação da vida nos Territórios Indígenas. O entendimento evolucionista da história acerca dos povos indígenas retrata-os como seres inferiores fadados ao desaparecimento. Onde quer que os indígenas estejam, gera-se uma camada de preconceito que se mescla com o silenciamento, com a negação ao processo histórico cultural e com a invisibilidade social. A Constituição Federal de 1988, no artigo 231, acende uma luz: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam [...]”, dentre outros espaços, percebemos que, a partir de 1988, a legislação começa a apontar para uma possibilidade de mudança de paradigmas.

Neste sentido, a territorialidade está intrinsecamente relacionada ao processo de pertencimento, de desenvolvimento, de liberdade de ser e na possibilidade de transmissão dos saberes às crianças e aos jovens.

Há uma visível ocupação por não indígenas no TI⁴, desta forma passam a surgir novos movimentos nas comunidades que vão sendo desenhadas e ocupadas por sujeitos que passam a explorar o território a partir da extração dos recursos naturais e utilizá-los para outras atividades, tais como a comercialização destes recursos.

A configuração do TI, os recursos naturais e suas produções tomam aspectos exploratórios, deixando visível a invasão e a tomada dos bens, antes destinados à preservação, necessários ao bem-estar e ao consumo adequado da caça e da pesca, bem como da reprodução cultural exercida pelos *Panderééj*.

Para Zoia; Mendes (2020, p. 250), os povos indígenas “por tantas gerações desenvolveram a gestão de seus territórios, estabeleceram regras de convivência interna, têm suas mitologias, seus rituais de curas, conhecimento e o uso das ervas curativas, [...] possuem relação de pertencimento com o meio ambiente”. Entender o sentimento de pertencimento a um lugar nos remete às possibilidades de debater junto à comunidade indígena os diversos pensamentos sobre o espaço geográfico, a cultura, a natureza e a ainda a forte relação do ser indígena com a ancestralidade que habita o corpo e o espírito.

O olhar para o TI tem gerado debates acerca da dimensão exploratória dos recursos naturais em prol de uma classe interessada na comercialização que atende aos interesses de um referido grupo que reproduz o modelo capitalista de lucros e desvalorização das vidas futuras que possivelmente poderão beneficiar-se desse meio natural, no entanto o que se observa é o enriquecimento da classe dominante, que por sua vez descontrói e choca o real cotidiano com sobras deixadas com brutalidade, e às comunidades indígenas sobram às terras exploradas, rios contaminados, doenças e tantas outras consequências dessas invasões sem poder usufruir das riquezas extraídas de seus territórios.

1 LOCALIZANDO O TERRITÓRIO: NARRATIVAS PANDERÉÉJ, MUDANÇAS E RETROCESSOS

O povo aqui apresentado está localizado no município de Aripuanã, no estado de Mato Grosso. O Município de Aripuanã foi criado em 31 de dezembro de 1943, entretanto,

³ Neste estudo o nome *Panderééj* refere-se ao etnônimo da etnia pesquisada: os Cinta Larga, como são conhecidos oficialmente pela sociedade em geral; ambos os nomes se referem ao mesmo grupo indígena. *Panderééj* possível tradução na língua tupi mondé significa: povo, pessoas. Por ser essa a sua autodenominação, assim os chamaremos nesse texto.

⁴ A abreviação TI refere-se ao Território Indígena.

durante muitos anos ficou à margem da movimentação do Estado de Mato Grosso. A origem do nome Aripuanã está relacionada com os povos ancestrais da etnia indígena Cinta Larga que, na língua Mondé, ARI: significa lugar e PUANÃ: cachoeiras de pedra, como ilustra José Eduardo Goes no livro dedicado aos aripuanenses e intitulado *Uma vida itinerante: memórias de um viajante pelos sete continentes*⁵:

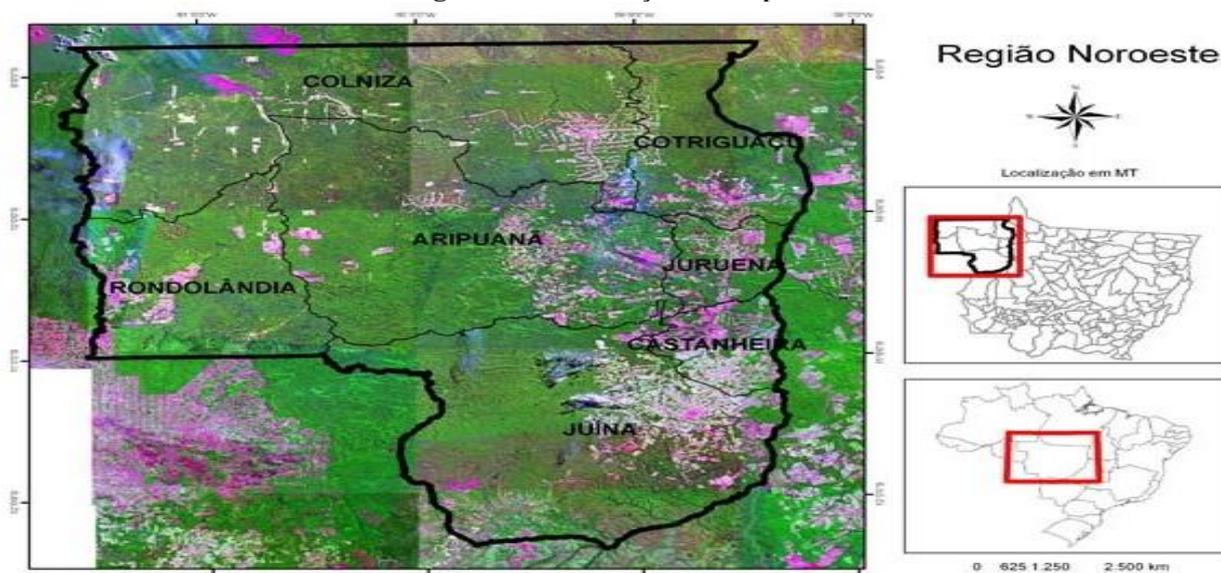
[...] a cachoeira dos Dardanelos a mais alta do mundo com 136 metros de queda desde as primeiras corredeiras até o leito do Rio Aripuanã. A cachoeira das Andorinhas tem 85 metros de quedas [...] abriga grandes bandos à noite de andorinhas, em suas cavernas atrás das águas, e pela manhã todas saem em uma bela coreografia em bandos (GOES, 2014, p. 17-18).

No início da colonização de Aripuanã, os seringueiros, oriundos de diferentes regiões brasileiras, vieram para a pequena vila que se formava atraídos pelas riquezas naturais, muitos foram explorados por comerciantes e outros enfrentaram diversas dificuldades de moradia e doenças. A mata virgem na época abrigava, para os aventureiros, aspectos desconhecidos e muitos perigos.

À época, na segunda metade do século XX, era grande a proliferação de malária, muitas crianças e mulheres, especialmente as grávidas, que vieram acompanhar os maridos foram vítimas deste infortúnio, sofrendo com as picadas do mosquito que transmite a doença infecciosa, febre e, para aquele contexto, essa era uma enfermidade extremamente grave transmitida pelo mosquito do gênero *Anopheles*⁶.

A localidade aripuanense antes era apenas conhecida como uma pequena vila. Segundo afirma Goes (2014), foi por volta do ano de 1870 que chegaram os primeiros seringueiros, vindos através dos rios da bacia amazônica e encontraram este território habitado por povos indígenas de diversas etnias, tais como: Cinta Larga, Suruí, Arara, Zoró, Cabeça Seca, Orelha de Pau, Gavião, Salumã, Nhambyquara, Pareci, Rickbatsa, Caiabi, Mynky, além dos Apiacá.

Figura 1 - Localização de Aripuanã-MT



Fonte: [https://terraGaia.wordpress.com/2013/03/06/floresta-boa-e-floresta-em-pe/\(2013\)](https://terraGaia.wordpress.com/2013/03/06/floresta-boa-e-floresta-em-pe/(2013))

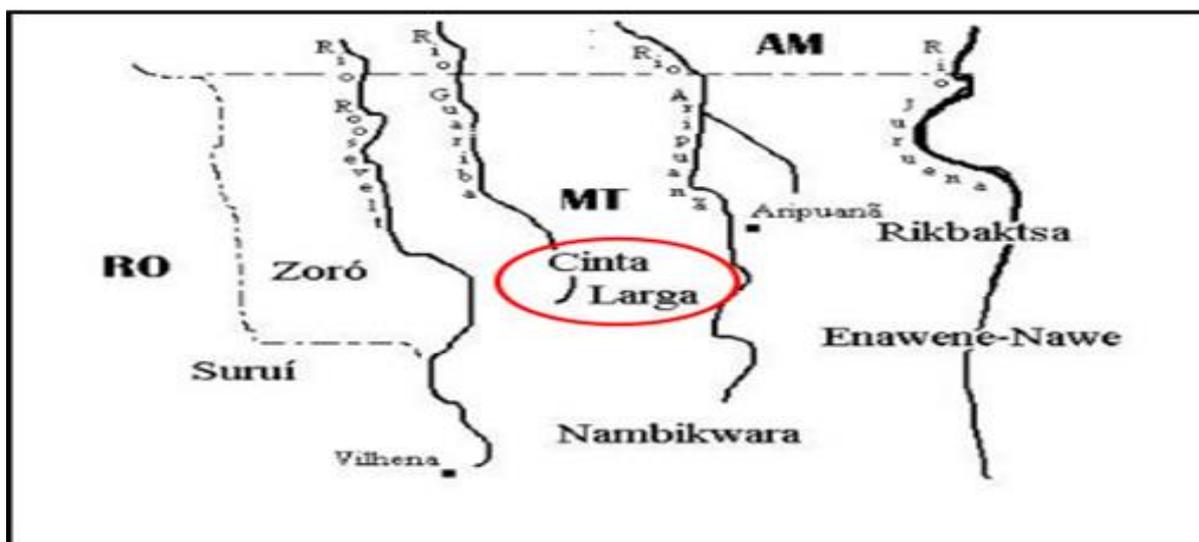
⁵ O autor escreve a partir das vivências com os moradores da localidade e em contato com as belezas naturais de Aripuanã/MT.

⁶ Malária é uma doença infecciosa febril aguda transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Anopheles*, infectada por *Plasmodium*. Fonte: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/dicas/112malaria.html>

Com a abertura das estradas, o processo de povoamento se intensificou. Logo a pequena vila tornou-se município e teve na sua história ciclos econômicos distintos. Nos anos 1870, chegaram os primeiros seringalistas⁷. Por ser revestida pela densa e rica floresta amazônica, teve o início de sua ocupação caracterizada pela exploração de seus recursos naturais. A princípio, o que atraiu a vinda das primeiras levas de migrantes oriundos dos Estados do Amazonas e Acre, foi a extração do látex da seringueira (*Hevea brasilienses*). Em 1928 tivemos o segundo ciclo da borracha, com a chegada de exploradores de diferentes regiões do Brasil, que invadiram a Bacia Amazônica. Passada a época econômica da seringa, surgiu a descoberta dos recursos minerais e se intensificou também o ciclo da exploração da madeira (GOES, 2014).

A sociedade indígena *Panderéj* ocupa o sudoeste da Amazônia brasileira entre as regiões de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, nas fronteiras do município de Juína e Aripuanã, no Estado de Mato Grosso. O TI *Panderéj* chega ao total de dois mil e setecentos hectares, localizados entre o leste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso, conforme pode ser observado na figura que segue.

Figura 2 - Território indígena banhado pelos rios Guariba e Aripuanã-MT



Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/zoro/2064> (2009)

Este artigo apresenta parte da pesquisa realizada na pós-graduação, Mestrado em Educação, na qual trabalhamos com a população indígena *Panderéj* do município de Aripuanã-MT. Nesse município, atualmente encontram-se duas etnias indígenas: Arara e *Panderéj*. A população *Panderéj* é composta por três grandes clãs: *Mãm*, *Kabãn* e *Kakin*. Desde o contato com a sociedade não indígena, as etnias presenciaram a exploração que ocasionou diversos conflitos entre os grupos ameríndios, conforme narra o autor: “diante do ocorrido, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) transformou a região onde o ataque aconteceu em área itinerante do Cinta Larga” (NEDEL, 2011, p. 178).

Desde o contato com a sociedade não indígena, o povo *Panderéj*, vive relações de riscos e invisibilidade social, conforme menciona Trindade (2014, p. 15), “o povo Cinta Larga luta, então, uma guerra hercúlea e injusta contra o preconceito, a intolerância e a má

⁷ Antes de tornar-se um município Aripuanã era conhecida por Vila, sua paisagem florestal considerada rica em árvores seringueiras encantou e aguçou interesses particulares. Com a chegada de indivíduos designados para a exploração do látex e materializando o ato de explorar, os conflitos com a população local ficou evidente e constante, as comunidades indígenas opuseram forças contrárias à exploração.

vontade/ineficiência do Governo Federal”. Dos processos históricos, que convergiram a uma situação de inferioridade e violência em relação aos povos indígenas, a tomada de suas terras, sua língua e cultura ocasionou na “[...] dominação que a conquista exigia” (QUIJANO, 2005, p. 117). O ato insano de dominar foi o principal elemento destas relações conflituosas, a isto acarretou grandes conflitos e mortes entre os não indígenas e os habitantes indígenas originários desta localidade.

Os povos indígenas que sofreram com a discriminação e a tomada de seus territórios, na atualidade “[...] continuam sendo vistos como um estorvo para a integração econômica e política” (GALLOIS, 1994, p. 124), assim também ocorre com a cultura e os saberes tradicionais. Segundo as narrativas coletadas com um membro da comunidade *Panderéj* a dimensão do desenvolvimento e outros atrativos estão interferindo diretamente na constituição do ser indígena, nos fatores culturais, de sobrevivência e de resistência à invasão desacerbada do não indígena. Xijamkakurum pontua:

Particularmente o sentimento que tenho em relação a isso é preocupação. Porque ao invés de usar a tecnologia do não indígena para fortalecer e proteger a vida social, cultural e econômica, a comunidade está se dividindo e é com grande impacto que a tecnologia vem provocando na vida dos indígenas (Xijamkakurum Cinta Larga, entrevista em abril de 2022).

O reconhecimento do TI pelas populações tradicionais está fortemente articulado à subsistência em seus ecossistemas. A relação do indígena com a natureza provoca uma simbiose que se configura em vários momentos na aldeia que vai desde a produção material dos adereços⁸ produzidos através da matéria-prima coletada na mata, até mesmo na reprodução social e cultural. Fundamentalmente, as tradições indígenas mantêm relações de equilíbrio na dicotomia ser indígena/meio natural, na forma de ocupação do território, visto como patrimônio ambiental pelos viventes do lugar. Relacionar-se com a terra, com o lugar onde vivem está carregado de significados históricos e de interdependência como evidencia Xijamkakurum: “enquanto não identificamos a natureza como parte da gente, continuaremos com a concepção de que ela é para nós”. E sendo para nós, muitos sujeitos veem favorável a exploração, a ideia que se tem é que os recursos são inesgotáveis, o que é um grande engano e o desgaste da natureza é um elemento cada vez mais visível, a durabilidade dos recursos naturais pode e chegar a escassez e/ou ao seu fim.

Ao expandir o olhar para a história e para a entrada do não indígena com seus atrativos nas terras indígenas, desencadeou-se uma série de desafios e mudanças de hábitos nas comunidades. A tecnologia, o acesso à internet e às redes sociais impactaram no cotidiano, especialmente nos jovens, como podemos facilmente observar no dia a dia da aldeia; como a cultura é dinâmica, o contato com as tecnologias vai trazendo transformações, o que não faz dos povos originários menos indígenas em função disso.

O ser humano cria e recria a cultura, evolui no tempo e no espaço e novos meios vão surgindo. Para o desenvolvimento dos afazeres nas aldeias, outras opções chegam às comunidades pelas mãos dos não indígenas, porém, algumas lideranças discutem o papel dos atrativos na comodidade de executar as tarefas e os costumes aprendidos pelos pais na infância, outros aspectos merecem destaque segundo a narrativa indígena:

Devido à influência de tecnologia, a comunidade está deixando de praticar as práticas culturais, exemplo disso é: o índio prefere usar arma de fogo na caça do que usar flecha, usa traia de pesca ao invés de usar flecha para pesca, tudo adereço tradicional está sendo substituído pelas coisas do não índio. Antigamente nós tínhamos uma visão harmoniosa entre ser humano e vida selvagem, tinha

⁸ Os adereços aos quais referimos neste texto tratam-se dos colares, anéis, cocares, pulseiras, cestos e outros objetos produzidos pela comunidade e que fazem parte da cultura material do povo.

consciência e percepção de proteger para o bem da humanidade a nossa mãe Terra, hoje, infelizmente, por influência de autoridades, isso vem mudando. Por isso pra mim é preocupante (Xijamkakurum Cinta Larga, entrevista em abril de 2022).

Essas ferramentas chegam às comunidades como meios de abreviar os costumes rotineiros, ao mesmo tempo em que para alguns facilita o manuseio da caça e da pesca, para outros é um instrumento que enfraquece as práticas culturais, estabelecendo uma relação de dependência e se confundem com os mecanismos de ruptura das práticas culturais do povo. Considerando que os espaços de vida *Panderéej* foram historicamente invadidos, as dificuldades enfrentadas por eles situam-se em lutas para a resistência de seus costumes e estratégias em meio a esforços para manterem seus direitos, autonomia, ações e organização social da vida singular nas aldeias.

Como exemplo dessa relação estreita do povo *Panderéej* com a natureza, Xijamkakurum nos relata o mito da criação:

Andando pela floresta *Ngurá* viu a primeira árvore, foi a castanheira, ficou ali olhando, admirando aquela árvore, achou o ouriço da castanha dele no chão e pensou: eu vou ter que fazer alguma coisa desse objeto desse ser aqui. Então *Ngurá* assoprou e dentro do ouriço da castanha surgiu um homem, pele morena meio forte foi, chamado de *Mām*, nome dado devido às características da castanheira. Seguindo pela floresta achou uma árvore de nome *Kabān*, pegou o fruto, assoprou e surgiu um homem alto, forte, pele clara e por isso os *Kabān* são assim meio forte, né. Logo adiante, inspirado por suas criações, *Ngurá* encontrou o cipó, ficou observando e viu uma falha no cipó, um buraco, aproximou assoprou e um novo homem foi criado, magro, pele clara são os *Kakin* (Xijamkakurum Cinta Larga, entrevista em abril de 2022).

Os povos indígenas carregam uma forte ligação com a natureza, esta profunda relação do ser indígena e a floresta constitui a criação dos seres e do mundo. Para França (2017 p. 64) “a reflexão sobre a criação do mundo e de tudo o que existe, o modo de pensar e viver é costurado com a memória e experiências históricas vividas e partilhadas pelos seus membros, por meio de uma cultura construída coletivamente”. Neste sentido, no TI, os saberes culturais não são, e jamais serão algo externo para os povos indígenas, aquilo que são como grupo humano está fortemente ligado com a ancestralidade que deu origem à vida e ao mundo que habitam.

A humanidade está envolvida culturalmente em tempos/espacos humanos diversos entre si e diversos entre nós mesmos (FRANÇA, 2017, p.64). A diversidade nas tradições indígenas também é determinada no espaço territorial, a continuidade histórica nos saberes da terra culmina na constituição de novas comunidades. Todavia, nessa dinâmica de mobilidade também se configuram os fazeres culturais da comunidade, e em meio a isso, a presença do não indígena é um duro fardo, conforme menciona um membro da comunidade:

Os direitos indígenas ao TI são maiores do que as migalhas que recebem, para o acesso do não indígena às aldeias é ofertado sobras, algumas lideranças aceitam, é preocupante, triste e desanimador, a comunidade rasteja por benefícios para as famílias, no mais, outros usufruem dos bens naturais retirados no TI (Xijamkakurum Cinta Larga, entrevista em abril de 2022).

O lugar onde se está, narra sobre a vida como construção social, a existência fundamenta-se nas relações espaciais, no tempo e ações cotidianas, junto a isso se articulam os atos de cooperação e conflitos. As vivências no contexto indígena imerso a cultura e costumes legitimam o ser indígena, o respeito às singularidades e ao lugar onde se vive é a premissa que caminha junto para a expressão de resistência frente à globalização, saques e exploração predatória que cotidianamente materializam-se aos olhares dos viventes na aldeia.

As manifestações culturais e seus saberes sobre os recursos da mata levam-nos a pensar a existência de realidades complexas na territorialidade indígena *Panderéj*. Esse tempo compreende-se tal complexidade a partir da relação mútua com o meio, com a cosmovisão e a identidade como sinal que sustenta a integração das vivências em seus territórios.

Apesar das conquistas na legislação indigenista e significativas tentativas de interação na igualdade de condições, a comunidade *Panderéj*, na luta pela preservação da territorialidade, constitui-se como população tradicional e o TI como campo de força e de resistência no tempo e no espaço, sem perder sua existência, sua identidade individual e como grupo tradicional.

2 O MOVIMENTO INDÍGENA E AS EDUCAÇÃO

Nas comunidades *Panderéj* o movimento de viver a infância acontece nas práticas diárias, onde as crianças são familiarizadas desde a mais tenra idade com as histórias, as práticas e com os costumes da caça e da pesca. Com isso, desde cedo, estão integradas com o ambiente, com a localização, circulam sem grandes proibições pela aldeia e passam a dominar esse espaço e agir sobre ele. A ação na ambiência para as crianças indígenas é uma gama de aprendizados, pois estão conectados com os diversos elementos da natureza, como as árvores e seus frutos, o rio e seus habitantes, os hábitos alimentares, as relações com os adultos, com as outras crianças e, com os animais, são como peças que definem o tempo/espaço presentes na continuidade entre o ser criança e o lugar, tendo a natureza como partes constitutivas do seu ser, assim corrobora França e Zoia (2021, p. 281).

As concepções de infância que estão presentes na comunidade indígena podem ser assim definidas: criança-criança, que seria aquela criança que tem o seu tempo de ser criança, de brincar com as demais, de correr, de tomar banho de rio, enfim, de ser criança. Criança-aluno, ou seja, aquela criança escolarizada que vai na escola aprender o “saber institucionalizado”; e, a criança-povo, que é aquela que carrega a esperança de toda a comunidade de preservar as tradições, os ritos, a língua, a cultura.

A liberdade e autonomia infantis revelam a independência e variadas formas de caracterizar a criança como um ser cativado pelo lugar, portador de habilidades que afirmam a corporeidade como elemento intenso e eficaz na continuidade dos saberes culturais do povo.

Dentro desse contexto está presente a escola na aldeia como lugar de representatividade e esperança. Escola como lugar/território, espaço de vida e partilha de saberes, na perspectiva de “uma educação indígena que permite que o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades encarem com relativo sucesso situações novas” (MELIÀ, 1999, p. 12).

Cada vez mais insistentes, os povos indígenas esperam que seja implantado um processo de educação em que as escolas atendam e conversem entre si e com o contexto cultural, que os professores tenham formação especializada, que as línguas originárias de cada etnia se tornem línguas escritas e faladas, que o material didático seja coerente, produzido pelo e com o povo, que tragam o conhecimento da própria história e valorizem a identidade étnica, é o que se espera, com a participação das etnias indígenas na construção coletiva de uma escola, de fato, específica para cada comunidade indígena e que seja verdadeiramente diferenciada de outras escolas, ou seja, atendendo às necessidades de cada etnia (ZOIA; RONDON, 2021).

Admitir com veemência que a aldeia é um espaço de aprendizado, que o propósito da educação escolar indígena se mantenha com vistas na liberdade de o indígena ser ele próprio, que os lugares podem ser espaços de aprendizagens e que a educação aconteça em contextos

socioculturais que se nutrem e alimentam com vivências e resistências, passam a ser uma luta diária em cada comunidade indígena.

Além das problemáticas enfrentadas no TI, os pontos frágeis na escola indígena *Pasapkréj* passam pela vida como um fluxo de intensidade e contradições que falam nas práticas rotineiras, na estrutura física e necessidades que encontramos, a complexidade no cotidiano escolar convoca para a reflexão e debate, é preciso olhar para as comunidades indígenas com olhos que contemplem a diversidade e fortaleçam uma educação escolar indígena que, de fato, seja efetivada na recuperação das suas memórias históricas, que alimentem a esperança com propostas concretas de uma educação intercultural.

A escola vem ocupando o espaço de discussões nas aldeias, na busca de interação das culturas, de experiências de escolarização e possibilidade de emancipação. Para Xijamkakurum Cinta Larga (2022), “todos esses aspectos deveriam ser discutidos através da escola, porém, por séries de entraves que escola enfrenta, não consegue alcançar a comunidade com a tal ideia de conscientização sobre isso”.

Nessa ótica, escola e educação escolar indígena podem desempenhar um papel complementar para servir aos interesses de cada etnia, passando a compor o cotidiano nas aldeias. Segundo Silva (1999, p. 64):

[...] a escola, um dos principais instrumentos usados durante a história do contato para descaracterizar e destruir as culturas indígenas pode vir a ser hoje – na mão dos próprios povos indígenas – um instrumento decisivo na reconstrução e na afirmação das identidades. O desafio que se coloca é o de pensar as escolas indígenas em seus limites e possibilidades, dentro da realidade atual, cada dia mais norteadas por tendências homogeneizadoras e globalizantes.

Historicamente, a educação nas escolas indígenas foi uma arte em condições vantajosas para o não indígena com intento de tornar sem efeito os saberes indígenas, ou seja, reduzir e/ou aniquilar o processo de viver dos povos indígenas, neste sentido suprimir suas línguas, culturas e deixar livre o acesso ao TI para ocupação da terra (FERREIRA; ZOIA; GRANDO, 2020).

A alfabetização, os materiais didáticos e a organização do Projeto Político Pedagógico como instrumento do trabalho docente não foram pensados e tão pouco organizados com a participação e interesse para responder ao propósito e especificidades dos povos indígenas. A educação imposta expõe a fragilidade em reconhecer pelo não indígena a cultura viva, as vivências que passam por transformações sem perder a origem e as tradições.

Contudo, “a invisibilidade histórica reduz os povos indígenas a um violento e homogeneizante processo de exclusão” (ARRUDA; ZOIA, 2021, p. 274), a isso se espelha “um trabalho fragmentado, reduzido apenas aos conhecimentos do não indígena que são transpostos para as escolas das aldeias” (ARRUDA; ZOIA, 2021, p. 274).

Uma educação que tem como valor o princípio na preservação dos costumes, como meio de educar as crianças para a vida em família e em coletividade. De acordo com França, Zoia e Pasuch (2018, p. 176) “neste intenso, processo de aprendizagens, nesta transmissão de conhecimentos, a educação casual e empírica exerce seu papel, [...] numa variada forma de estabelecer relações entre si, com o lugar em que vivem”. A transmissão e apreensão de conhecimentos paulatinamente vão instituindo-se pelas descobertas e experimentações, portanto, pode-se dizer que os saberes ocorrem numa troca entre os pares, neste sentido o TI é o valioso cenário, o lugar onde a integração entre o cosmos e o mundo permite agregar os diversos seres e elementos na natureza socializada a fim de garantir a continuidade da vida.

É neste sentido que observamos as diversas concepções presentes na comunidade indígena e definimos esta como povo-lugar, sendo aquele que tem o espaço/tempo vivido de modo individual e coletivo que carrega a esperança e luta pelo bem comum da comunidade,

que preserva e transmite os saberes tradicionais, a língua materna e a origem da identidade indígena.

3 OUTRAS PALAVRAS – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar que o nosso país estabeleceu esse critério de limite de território é pra nós. Nós não temos esse sentimento de limite reconhecido na constituição, e como indígena nós sempre falamos assim que nós pertencemos a essa terra, a essa floresta como qualquer ser vivo, independente seja ser humano ou não. Qualquer ser vivo é importante para essa terra (Xijamkankurm Cinta Larga, entrevista em abril de 2022).

O fragmento da narrativa *Panderéj* sobre o TI reforça a forte relação entre o ser que busca dominar o ambiente, sem refletir que é parte constituinte do universo. Ser humano, ou outro qualquer ser vivo na atuante colaboração com a terra se faz fundir, tornar-se membro com características e costumes singulares.

Mesmo com influências sociais, culturais, econômicas e políticas externas, o povo *Panderéj* resguarda o direito, posse e ocupação do lugar onde vive. A demarcação reafirma esse direito, contudo o TI é um lugar amplo, que se estende para além de um recurso sociocultural, de reprodução cultural, social e espiritual, simboliza sobrevivência, subsistência, o modo de ser indígena no seu habitat.

No cerne dessas relações que se constituem em dominação, resistência e direitos, o povo *Panderéj* é o reflexo da territorialidade indígena, de organização territorial que abrange a espiritualidade, a identidade, a língua e, como sujeitos de direitos, viventes em condições de continuidade da vida indígena que remetem à busca por estratégias de proteção, produção e reprodução da vida em conexões com diferentes instrumentos, tendo o lugar amado e respeitado, como espaço físico, de bases culturais e relações socioambientais com e no espaço.

É desta forma que entendemos o território com um espaço de fronteira. Fronteira que marca território, mas, muito, além disso, fronteira como espaço de encontro e de produção de vida.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Silbene Ferreira de; ZOIA, Alceu. **A infância Cinta Larga**: narrativas do/no contexto escolar. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 271-284, mai./ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643655/paragrafo-1-artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988> Acesso em 21/11/2021

FERREIRA, W. A. A., ZOIA, A., & GRANDO, B. S. **Aprendizagens dos saberes indígenas na escola**: Desafios para a formação de professores/as indígenas. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 28(165). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4790>, 2020.

FRANÇA, Silbene F. de A. **MBYP Panderéj**: infância, educação e brincadeiras nas aldeias indígenas Cinta Larga. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. 170f.

FRANÇA, Silbene F. de A., ZOIA, Alceu, PASUCH, Jaqueline. A boniteza das infâncias: o brincar da criança Cinta Larga emaranhado de significações. *In: Infâncias na diversidade*

latino americano. ZOIA, Alceu, PASUCH, Jaqueline, PERIPOLLI, Odimar J. (org.). Curitiba. CRV, 2018.

GALLOIS, Dominique Tilkin. De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contactados. *In*: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 121-134.

GOES, José Eduardo. **Uma vida itinerante**: memórias de um viajante pelos sete continentes. Aracaju, SE: J. Andrade, 2014.

MELIÁ, Bartolomeu. Educação indígena na escola. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 49, p. 11-17, Dezembro/99 <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a02v1949.pdf>. Acesso em: 14, jun., 2016.

NEDEL, Marco Aurélio. **Seringal**: o mundo dos bravos. Rio de Janeiro: Litteris Ed.: Quártico Premium, 2011.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf acesso em: 21, nov., 2016.

SILVA, Aracy Lopes da. *et al* (org.). **Crianças indígenas**: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

SILVA, Rosa H. D. da. A autonomia como valor e articulação de possibilidades: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena. *In*: **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 49, Dezembro/99.p. 62-75. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a06v1949.pdf> acesso em 21/11/2016.

TRINDADE, Reginaldo Pereira. **Povo Cinta Larga**. Rondônia, 2014.

ZOIA, Alceu.; MENDES, Matilde. Alguns aspectos da luta pela efetivação do direito à autodeterminação do povo indígena Paiteer Suruí: a educação, a cultura e a terra. **Rev. Fac. Educ.** (Univ. do Estado de Mato Grosso), Vol. 33, Ano 18, Nº 1, p. 247-268, jan./jul., 2020.

ZOIA, Alceu; RONDON, MicaelT. (2021). Conhecimento tradicional e produção de materiais didáticos para o fortalecimento das línguas indígenas em Mato Grosso (Brasil). *Pedagogia Social*. **Revista Interuniversitaria**, 39, 61-73. DOI: 10.7179/PSRI_2021.39.04